



MARIALVA

Câmara de Marialva vota nesta segunda (22/12) projetos que reorganizam secretarias e cargos da Prefeitura e Saema

22 de dezembro de 2025

Ariádiny Rinaldi

Data	Fonte	Crédito da Imagem
22 de dezembro de 2025	Assessoria de Imprensa da Câmara de Marialva	



MARIALVA

Data	Fonte	Crédito da Imagem
------	-------	-------------------

A Câmara Municipal de Marialva vota, na sessão ordinária de hoje (22/12) os Projetos de Lei Complementar nº 12/2025 e nº 13/2025, de autoria do Poder Executivo, que tratam da reorganização da estrutura administrativa do Município, com mudanças nas secretarias, adaptação de cargos e ajustes na administração direta e indireta.

O **PLC nº 12/2025** propõe uma nova organização para o Poder Executivo, redefinindo a administração municipal em 14 secretarias. Segundo o Executivo, a intenção é modernizar a gestão pública, organizar melhor as áreas de atuação da Prefeitura e dar mais clareza às responsabilidades de cada setor.

Pela proposta, passam a integrar a estrutura administrativa do Município as seguintes secretarias: Administração, Fazenda, Educação, Esporte e Lazer, Cultura, Turismo e Juventude, Saúde, Agricultura e Pecuária, Assistência Social e Cidadania, Trânsito e Segurança Pública, Meio Ambiente e Serviços Públicos, Comunicação, Infraestrutura e Viação, Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa.

Entre as mudanças previstas, o projeto cria a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Viação, que passa a concentrar as ações de obras públicas, pavimentação, manutenção de vias urbanas e rurais e demais serviços de infraestrutura. Também é criada a Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, responsável pelo planejamento da cidade, análise de projetos e organização do crescimento urbano. A separação das duas áreas, segundo o Executivo, busca dar mais foco tanto à execução das obras quanto ao planejamento de médio e longo prazo.

Além disso, o projeto cria e consolida secretarias que passam a ter estrutura própria. A Secretaria Municipal de Comunicação passa a integrar oficialmente o organograma da Prefeitura, ficando responsável pela comunicação institucional, divulgação de atos oficiais e transparência. Também é instituída a Secretaria Municipal da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, que concentra políticas públicas voltadas aos direitos das mulheres, à promoção da igualdade racial e à atenção à pessoa idosa. A proposta ainda consolida a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Juventude, reunindo essas áreas em uma única pasta.

Além da reorganização das secretarias, o projeto prevê a adequação do quadro de cargos, com mudanças em funções de direção, chefia e assessoramento, definição mais clara das atribuições e padronização da hierarquia administrativa. Segundo o Executivo, a proposta busca maior aproveitamento de servidores efetivos em funções gratificadas.

AUTARQUIA

Já o **PLC nº 13/2025** trata especificamente de alterações na estrutura administrativa da Autarquia Águas de Marialva, responsável pelos serviços de abastecimento de água e saneamento básico do Município.

A proposta cria novos cargos efetivos, a serem preenchidos por meio de concurso público, entre eles os cargos de Engenheiro Sanitarista e Técnico em Informática (TI). Segundo a justificativa do Executivo, a criação desses cargos busca fortalecer a capacidade técnica da autarquia, especialmente nas áreas de saneamento, tecnologia da informação, modernização de sistemas e segurança dos dados.

O projeto também prevê a criação de cargos comissionados, como os de Diretor-Geral e Assessor Jurídico da autarquia. Além da criação de cargos o projeto atualiza as atribuições desses postos e promove ajustes em vencimentos de cargos já existentes, com o objetivo de corrigir defasagens e alinhar as responsabilidades exercidas.

LIMITE

Durante a tramitação dos projetos, um dos pontos que gerou discussão foi o limite prudencial de gastos com pessoal, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal. Pelos dados apresentados nos estudos que acompanham os projetos, a despesa com pessoal do Município está estimada em 51,31% da Receita Corrente Líquida em 2025, com projeção de 52,39% em 2026 e 52,40% em 2027.

A legislação estabelece que o limite máximo de gastos com pessoal do Poder Executivo é de 54% da Receita Corrente Líquida, sendo que o chamado limite prudencial corresponde a 95% desse total, o que equivale a 51,3%. Com isso, parte dos vereadores avalia que o Município já opera muito próximo desse patamar, o que exige cautela na criação e reorganização de cargos.

O Poder Executivo, por outro lado, argumenta que, mesmo com o aumento previsto, os percentuais permanecem abaixo do limite legal de 54%, e que eventuais ajustes podem ser feitos ao longo do exercício financeiro para manter o equilíbrio das contas públicas.



MARIALVA